Listas de conteúdos disponíveis em Portal de Periódicos CAPES

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

ISSN: 2595-1661

Página da revista:
https://revistajrg.com/index.php/jrg

ARTIGO



Potencialidades e limitações da Língua Brasileira de Sinais na comunicação com pessoas autistas não oralizadas na assistência à saúde

Potentials and limitations of Brazilian Sign Language in communication with non-speaking autistic people in healthcare

DOI: 10.55892/jrg.v9i21.4017
ARK: 57118/JRG.v9i21.4017

- Publicado *on-line*: 06/11/2026

Liandra Rebeca Maciel Neves
Centro Universitário Santa Terezinha (CEST), MA, Brasil
E-mail: liahndra@outlook.com

Luanne Gabrielle Morais Costa
Centro Universitário Santa Terezinha (CEST), MA, Brasil
E-mail: luannemoraiscosta@hotmail.com

Sabrina Furtado Cunha Araújo
Centro Universitário Santa Terezinha (CEST), MA, Brasil
E-mail: sabrina_fcunha@cest.edu.br

Resumo

Objetivo: Analisar as potencialidades e as limitações da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na comunicação com pessoas autistas não oralizadas no contexto da assistência à saúde. Método: É um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Realizou-se uma busca sistemática e completa nas principais bases de dados em Ciências da Saúde, objetivando a seleção da literatura científica qualificada para o tema proposto. Conclusão: Apesar da fragilidade dessa temática voltada à área da saúde, foram encontrados estudos que analisam a possibilidade do uso da Língua de Sinais com o público autista, bem como suas potencialidades e limitações. Portanto, é necessário que haja mais estudos que foquem na utilização dessa língua com o autista não oralizado, ampliando os meios de oferta da assistência em saúde.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Transtorno do Espectro Autista. Comunicação. Assistência à saúde. Pessoas com deficiência.

Abstract

Objective: To analyze the potentialities and limitations of Brazilian Sign Language (Libras) in communication with non-speaking autistic individuals in the contexto of healthcare. Method: This is a descriptive study with a qualitative approach. A comprehensive and systematic search was conducted in major health sciences databases to select scientific literature relevant to the proposed topic. Conclusion: Despite the limited literature addressing this topic in the healthcare field, studies examining the potential use of sign language with autistic individuals have been identified. Therefore, further research focusing

on the use of this language with non-speaking autistic individuals is needed to expand the range of communication strategies available in healthcare delivery.

Keywords: *Brazilian Sign Language. Autism Spectrum Disorder. Communication. Health care.*

1. Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ser definido como uma sequência de condições que estão interligadas a danos no desenvolvimento neurológico, sendo esses caracterizados por comportamento repetitivo e por comprometimentos na fala, nas habilidades sociais, na comunicação não verbal. Essas pessoas apresentam dificuldades caracterizadas pelo déficit de atenção, demonstram interesses restritivos, dificuldades em manter contato visual e demonstram isolamento social, fala ecolálica e movimentos estereotipados (Viana *et al.*, 2020). Para Santos *et al.* (2025), o TEA é classificado em diferentes níveis, sendo eles três: autismo leve (nível 1), autismo moderado (nível 2) e autismo severo (nível 3), sendo que essas classificações serão dadas a partir do nível de dependência ou suporte que esse indivíduo precisa.

A comunicação é meio pelo qual se vive em sociedade, cada indivíduo para que a mantenha precisa desenvolver habilidades pragmáticas da linguagem: iniciar e manter uma conversa, adaptar a fala para cada contexto do dia, usar expressões faciais e gestos para se comunicar. Usualmente, os autistas apresentam alterações nessas habilidades, dificuldades em compreender expressões, gestos, não manutenção do contato visual, todas essas características reunidas cooperam para que a comunicação dos autistas com outras pessoas seja comprometida (Borges *et al.*, 2025).

Um estudo realizado com 11 crianças de 3 a 7 anos de idade com TEA teve por objetivo investigar as suas habilidades de comunicação. Foi quantificado que dentre elas 100% não formam frases com quatro ou mais palavras, 100% não fazem perguntas e 100% não solicitam objetos que não estejam à vista, tudo isso demonstrando "[...] atraso no desenvolvimento da linguagem com a presença de aspectos da comunicação primários, atraso no desenvolvimento pragmático e morfossintático, além de dificuldade na compreensão do outro como agente funcional." (Pereira *et al.*, 2022, p. 8)

Dentro da totalidade das pessoas diagnosticas com TEA, existem aqueles que são classificados como "não oralizados" ou "não verbais", indivíduos que possuem um grau de autismo profundo. Cerca de 30% fazem parte dessa classificação, sendo categorizados como "não verbais" ou minimamente "não verbais", e dentre eles, 1/3 ainda serão não verbais ou minimamente não verbais mesmo com intervenções terapêuticas, o que demonstra a grande necessidade de mais estudos que contemplem essa população (Oliveira *et al.*, 2024).

Nesse contexto, Pais (2022) apresenta a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e a define como um sistema que favorece a comunicação e interação social de indivíduos com ausência de oralidade, ofertando estratégias e recursos para que eles consigam atingir a integração na sociedade. Esse sistema pode ser de uso temporário ou permanente dependo da necessidade do paciente, sua nomenclatura engloba dois significados distintos e complementares. A Comunicação Alternativa trata de uma substituição total e permanente da linguagem e a Comunicação Aumentativa ou Suplementar tenta facilitar, aprimorar a comunicação, trazendo estratégias que facilitem o comunicar do paciente. Seu nome vem do *inglês "Augmentative and Alternative Communication"*, que passou por algumas traduções para o português e pode ser intitulada como "Comunicação Ampliada e Alternativa", "Comunicação Suplementar e

Alternativa" e "Comunicação Aumentativa e Alternativa". Para que atinja essa finalidade, esse sistema utiliza ferramentas (Figura 1) como: cartões, símbolos, fotografias, desenhos, manuais, esses associados ou não a tecnologias como softwares (Mendonça *et al.*, 2023).

Figura 1. Prancha de comunicação.



Fonte: Assistiva, 2025.

A Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 define a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, que tem por objetivo comunicar, expressar e transmitir ideias e fatos para a comunidade surda no Brasil (BRASIL, 2002). Por se tratar de uma língua com gramática própria, não deve ser confundida com gestos costumeiros utilizados pelos ouvintes. De acordo com Santos (2018, p. 2), "Comunicação compõe o processo básico para a prática das relações humanas [...]". Ou seja, é um fator indispensável para que o indivíduo viva em sociedade e acesse serviços de saúde. Dessa forma, autistas não oralizados enfrentam dificuldades devido às barreiras em sua comunicação, o que destaca a importância de alternativas que possibilitem uma interação mais inclusiva, sendo LIBRAS uma opção a ser considerada.

A comunicação é a porta de entrada em qualquer serviço de saúde. Para prestar uma assistência adequada, o profissional precisa estabelecer uma comunicação com o paciente, visando entendê-lo e, assim, tratá-lo. No entanto, uma pesquisa realizada por Montagner, Santiago e Souza (2007) com 33 profissionais de saúde revelou que 42% dos participantes relataram dificuldades de comunicação com autistas. A pesquisa também aponta para a necessidade de abordagens que ensinem a esse público meios alternativos de comunicação.

Apesar da persistência e importância do tema, é notório a lacuna de conhecimento dentre os profissionais que prestam assistência à saúde, portanto, essa pesquisa é fundamental para eles, pois busca a inserção de uma nova possibilidade para facilitar a comunicação entre profissionais e autistas não oralizados. Assim, o presente estudo visa analisar as potencialidades e as limitações da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na comunicação com pessoas autistas não oralizadas no contexto da assistência à saúde.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar as potencialidades e as limitações da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na comunicação com pessoas autistas não oralizadas no contexto da assistência

à saúde. Esse método permite reunir e sintetizar conhecimentos provenientes de diferentes estudos relacionados à temática investigada.

A busca bibliográfica foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na Scientific Electronic Library Online (SciELO), na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), no Google Acadêmico e na PubMed/MEDLINE. Foram utilizados os descritores "Transtorno do Espectro Autista", "Autistas não oralizados", "Barreiras de Comunicação", "Comunicação Alternativa e Aumentativa" e "Língua Brasileira de Sinais", combinados por meio do operador booleano AND. As buscas foram delimitadas ao período de 2016 a 2026, considerando publicações em português, inglês e espanhol.

Foram incluídas publicações acadêmicas disponíveis na íntegra, publicadas entre 2016 e 2026 e relacionadas à temática investigada. Foram excluídas publicações que não apresentavam relação com o objetivo do estudo, que estavam fora do período delimitado, que se encontravam duplicadas, que correspondiam a resumos simples ou cartas ao editor.

A seleção dos artigos foi realizada pela própria pesquisadora, mediante a análise da adequação das publicações ao tema e aos critérios de elegibilidade estabelecidos. Após a seleção, foi realizada a leitura integral dos artigos elegíveis, com o objetivo de identificar seus objetivos e principais resultados. Ao final do processo, cinco artigos, publicados em português e inglês, compuseram a amostra da revisão. As informações extraídas foram organizadas e sintetizadas, permitindo a identificação das potencialidades e limitações da Libras na comunicação com pessoas autistas não oralizadas no contexto da assistência à saúde.

3. Resultados e discussão

Inicialmente, foram identificadas aproximadamente 300 publicações nas bases de dados e fontes acadêmicas consultadas. Após a leitura dos resumos e dos objetivos dos estudos, foram selecionadas 20 publicações consideradas potencialmente relevantes para a temática investigada. Em seguida, realizou-se uma análise mais criteriosa desse conjunto, considerando a proximidade dos conteúdos com o objetivo da pesquisa e sua contribuição para a compreensão das potencialidades e limitações da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na comunicação com pessoas autistas não oralizadas no contexto da assistência à saúde. Ao final desse processo, cinco estudos foram selecionados para compor a amostra da revisão. Os materiais selecionados abordam diferentes aspectos da utilização da Libras e de outras estratégias relacionadas à comunicação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo possibilidades de expressão, interação social, inclusão e desenvolvimento de habilidades comunicativas. Também contemplam características específicas da comunicação de pessoas autistas usuárias de línguas de sinais. Entretanto, os estudos apresentam diferentes contextos de investigação, com predominância de abordagens relacionadas à comunicação e à educação, o que evidencia a necessidade de analisar criticamente suas contribuições para o contexto da assistência à saúde.

Para facilitar a organização e a análise dos resultados, os cinco estudos selecionados foram sintetizados em um quadro, contemplando os autores, o ano de publicação, o objetivo ou foco da investigação e as principais contribuições de cada material, conforme apresentado a seguir.

Quadro 1. Caracterização dos estudos selecionados.

Autor(es)/ano	Objetivo ou foco	Principais contribuições
Tressoldi (2025)	Investigar a Libras como alternativa de comunicação e inclusão de pessoas com TEA, a partir de um estudo na APAE de Osório.	Aponta possibilidades de uso da Libras na comunicação e na inclusão, com base em observações e entrevistas realizadas no contexto educacional.
Alamoudi (2025)	Investigar o uso do atraso de tempo constante para ensinar linguagem receptiva por meio de sinais a um adolescente com TEA.	O participante apresentou melhora nas respostas durante a intervenção, com manutenção dos resultados e generalização para novos conjuntos de perguntas.
Christo e Santos (2024)	Discutir a Libras como meio de comunicação para crianças com TEA não verbal.	Apresenta a Libras como possibilidade de ampliar a expressão e a interação, ressaltando a necessidade de considerar as particularidades de cada criança.
Vilanova e Freitas (2025)	Analisar, por meio de revisão bibliográfica, a Libras como estratégia para o desenvolvimento comunicativo de crianças com TEA não verbal.	Discute possibilidades de expressão de necessidades, sentimentos e desejos, além de possíveis contribuições para a interação social e a inclusão
Fernandes e Verzolla (2024)	Investigar características da comunicação de pessoas com TEA usuárias de língua de sinais.	Identifica particularidades relacionadas à ecolalia, ao uso de pronomes, às expressões faciais, à orientação das mãos, aos classificadores e aos verbos direcionais.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos documentos analisados.

Os estudos selecionados apontam possibilidades de utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como recurso para favorecer a comunicação de pessoas autistas não oralizadas, especialmente no que se refere à expressão de necessidades, à interação e à ampliação da participação social. Os achados de Tressoldi (2025) indicam que a utilização de sinais, associada a gestos, expressões e apontamentos adaptados às particularidades dos participantes, pode contribuir para a comunicação e para o sentimento de pertencimento. Entretanto, por se tratar de uma investigação desenvolvida em contexto educacional, esses resultados não demonstram diretamente a eficácia dessa estratégia nos serviços de saúde.

De maneira complementar, Alamoudi (2025) investigou o ensino de linguagem receptiva por meio de sinais associado à estratégia de atraso de tempo constante. O estudo identificou melhora nas respostas do participante durante a intervenção, além da manutenção dos resultados e da generalização para novas perguntas. Embora esse achado indique uma possibilidade de desenvolvimento de habilidades comunicativas, é necessário considerar que a pesquisa envolveu um único adolescente e teve como foco o ensino de respostas a perguntas, não a avaliação da comunicação durante atendimentos clínicos.

Esses resultados dialogam com o referencial teórico apresentado por Christo e Santos (2024), que discutem a Libras como uma possibilidade de ampliar a comunicação de crianças autistas não oralizadas. A articulação entre os estudos sugere que os sinais podem constituir um recurso útil em determinadas situações comunicativas, desde que sua utilização considere as habilidades, as necessidades e as formas de expressão de cada pessoa. Assim, mais do que presumir que a Libras seja adequada a todos os indivíduos com TEA, é necessário avaliar individualmente sua compreensão e sua utilidade como estratégia de comunicação.

Entretanto, Fernandes e Verzolla (2024) apontam que o uso da língua de sinais por pessoas com TEA pode apresentar limitações relacionadas às particularidades da comunicação desses indivíduos, como dificuldades na compreensão das expressões faciais e na percepção da orientação das mãos no espaço. Essas características podem interferir na compreensão e no uso dos sinais, evidenciando que essa estratégia não deve ser considerada universalmente adequada a todas as pessoas autistas não oralizadas. Os autores ressaltam, ainda, que o reconhecimento dessas particularidades é fundamental para a definição de estratégias de comunicação mais apropriadas.

Nessa perspectiva, Christo e Santos (2024) destacam a importância de individualizar a abordagem, considerando as necessidades e habilidades de cada pessoa ao se propor a utilização da Libras como recurso de comunicação. Dessa forma, a escolha dessa estratégia deve ser precedida pela avaliação de sua adequação ao paciente, de modo que os sinais utilizados sejam compreensíveis e funcionais para ele. Assim, mais do que implementar a Libras de maneira padronizada, é necessário que os profissionais identifiquem as possibilidades e as dificuldades comunicativas de cada indivíduo, favorecendo uma comunicação mais acessível e efetiva.

A principal barreira para o atendimento e o cuidado às pessoas autistas não oralizadas consiste na falta de conhecimento dos profissionais de saúde acerca de estratégias que facilitem a comunicação, associada à insuficiência de formação específica para atender às necessidades comunicativas desse público. Nesse sentido, Nóbrega (2023) analisou um processo de formação em Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) direcionado a profissionais de saúde, realizado por meio de seis encontros com o objetivo de ampliar a compreensão e a utilização desse sistema. Durante a formação, foram identificadas duas dificuldades principais: a baixa adesão dos profissionais, uma vez que apenas 17 participaram do primeiro encontro e a quantidade de participantes diminuiu ao longo das atividades, e o entendimento, entre profissionais que conheciam a CAA, de que sua utilização seria uma atribuição exclusiva da Fonoaudiologia, e não uma competência que também pudesse ser desenvolvida pelos demais integrantes da equipe multiprofissional. O autor destaca que restringir a responsabilidade pela comunicação com pessoas com deficiência a uma única área da saúde pode comprometer a integralidade da assistência e contrariar os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante desse cenário, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) apresenta-se como uma possibilidade a ser considerada na promoção da acessibilidade comunicacional, especialmente quando sua utilização é compatível com as necessidades e habilidades da pessoa atendida. Seu reconhecimento legal e sua utilização no Brasil constituem aspectos relevantes para a discussão de sua inclusão nas estratégias de comunicação em saúde. Entretanto, sua adoção deve considerar as particularidades de cada pessoa autista não oralizada, uma vez que nem todas utilizam ou se beneficiam da língua de sinais da mesma maneira. Assim, a capacitação dos profissionais de saúde pode contribuir para ampliar as possibilidades de comunicação, não com o objetivo de substituir a atuação de intérpretes quando necessária, mas de desenvolver conhecimentos básicos que auxiliem nas interações cotidianas e no atendimento inicial.

Nessa perspectiva, Amorim *et al*. (2021) analisaram uma experiência de oficina de capacitação em Libras com profissionais de saúde de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Quixelô, Ceará. Participaram da iniciativa 12 profissionais da unidade, uma pessoa surda usuária do serviço e duas facilitadoras com experiência na área de Libras. Como parte da atividade, foi elaborado um material com mais de 800 palavras utilizadas no contexto da saúde, acompanhado de orientações para a realização adequada dos sinais. A oficina contemplou tanto expressões básicas de comunicação, como

cumprimentos e perguntas sobre identificação, quanto sinais relacionados à assistência, incluindo "dor", "febre", "médico", "dentista", "enfermeira", "esperar", "enjoo" e "remédio". Posteriormente, foram realizadas simulações de situações de atendimento, permitindo que os participantes praticassem os conhecimentos adquiridos. Os relatos dos participantes indicaram aquisição de conhecimentos e entusiasmo para dar continuidade à capacitação em Libras.

Essa experiência evidencia a possibilidade de desenvolver ações educativas voltadas à ampliação das competências comunicacionais dos profissionais de saúde. Embora o estudo tenha sido realizado com foco na comunicação com pessoas surdas, seus resultados podem contribuir para a reflexão sobre iniciativas de capacitação profissional. No contexto da assistência às pessoas autistas não oralizadas, entretanto, a aplicação da Libras deve ser avaliada individualmente, considerando sua familiaridade com os sinais, suas formas de comunicação e a necessidade de outros recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa. Dessa forma, a capacitação dos profissionais representa uma possibilidade de ampliar os recursos disponíveis para o cuidado, sem pressupor que a Libras seja adequada a todos os pacientes.

A importância dessas iniciativas também pode ser compreendida a partir dos princípios e diretrizes do SUS, especialmente o princípio da integralidade. Esse princípio orienta a oferta de um cuidado que considere as diferentes necessidades do indivíduo, articulando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde (BRASIL, 2017). Sob essa perspectiva, o atendimento integral não deve se limitar aos aspectos clínicos da doença, mas considerar também as condições que permitem ao paciente expressar suas necessidades, compreender as orientações e participar das decisões relacionadas ao próprio cuidado. Portanto, a comunicação acessível constitui um aspecto relevante para a integralidade da assistência, pois dificuldades nessa interação podem prejudicar a obtenção de informações, a avaliação clínica e a continuidade do tratamento.

A humanização da assistência está diretamente relacionada a essa perspectiva de cuidado integral. Ovando, Bourlegat e Pavon (2023) compreendem a humanização como uma prática que exige o reconhecimento das diferenças individuais e a adaptação do cuidado às necessidades de cada paciente. Aplicada à assistência às pessoas autistas não oralizadas, essa compreensão reforça a importância de identificar e reduzir as barreiras comunicacionais que dificultam sua participação no atendimento. Nesse sentido, a escolha das estratégias de comunicação deve considerar as características de cada indivíduo, de modo a favorecer a expressão de sintomas, sentimentos e necessidades, bem como a compreensão das informações fornecidas pelos profissionais.

Entretanto, a construção de uma assistência humanizada depende também da formação dos profissionais de saúde. Campos *et al*. (2020) apontam lacunas na preparação desses profissionais para o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), relacionadas à insuficiência de conteúdos sobre a temática na formação acadêmica e à necessidade de maior qualificação específica. Os autores destacam a relevância da atuação profissional qualificada para atenuar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas autistas e suas famílias, contribuindo para a qualidade de vida e para o bem-estar físico, mental e social .

Dessa maneira, a formação acadêmica e a educação permanente dos profissionais de saúde constituem aspectos importantes para a promoção de uma assistência acessível, integral e humanizada às pessoas autistas não oralizadas. A capacitação em Libras pode integrar esse processo, desde que associada ao reconhecimento das particularidades comunicacionais de cada paciente e à compreensão de que diferentes recursos podem ser necessários. Assim, mais do que estabelecer uma estratégia única de comunicação, é

fundamental que os serviços de saúde estejam preparados para identificar e utilizar os recursos mais adequados a cada pessoa, favorecendo sua participação no atendimento e o acesso ao cuidado.

4. Conclusão

A presente revisão teve como objetivo analisar as potencialidades e as limitações da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na comunicação com pessoas autistas não oralizadas no contexto da assistência à saúde. A análise dos materiais selecionados permitiu identificar que a Libras pode representar uma possibilidade de ampliação dos recursos comunicacionais, contribuindo para a expressão de necessidades, sentimentos e desejos, bem como para a interação social, desde que sua utilização seja compatível com as habilidades e particularidades de cada indivíduo. Entretanto, observou-se que a utilização da Libras não deve ser considerada uma estratégia universal para todas as pessoas autistas não oralizadas. As características individuais, as habilidades comunicativas e a familiaridade com a língua de sinais precisam ser consideradas na escolha dos recursos utilizados. Dessa forma, a adoção dessa estratégia exige uma abordagem individualizada, capaz de reconhecer tanto suas potencialidades quanto suas limitações, além de considerar a possibilidade de utilização de outros recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa, conforme as necessidades de cada pessoa.

Outro aspecto identificado foi a importância da formação dos profissionais de saúde para a superação das barreiras comunicacionais presentes nos serviços. A capacitação em Libras e o conhecimento de diferentes estratégias de comunicação podem contribuir para uma assistência mais acessível, integral e humanizada, favorecendo a participação da pessoa autista não oralizada no próprio cuidado. Nesse sentido, a comunicação deve ser compreendida como parte fundamental da assistência, e não como uma responsabilidade restrita a uma única categoria profissional. Apesar das possibilidades identificadas, a literatura sobre a utilização da Libras com pessoas autistas não oralizadas especificamente no contexto da assistência à saúde mostrou-se limitada. Parte dos materiais analisados aborda experiências educacionais ou aspectos gerais da comunicação, o que restringe a possibilidade de estabelecer conclusões definitivas sobre a aplicação dessa língua nos serviços de saúde. Assim, evidencia-se a necessidade de ampliar as pesquisas sobre a temática, especialmente por meio de estudos realizados nos diferentes níveis de atenção à saúde e que investiguem as experiências dos próprios pacientes, de seus familiares e dos profissionais.

Conclui-se que a Libras apresenta potencial para contribuir com a acessibilidade comunicacional de pessoas autistas não oralizadas, mas sua utilização deve estar associada à avaliação individualizada, à capacitação dos profissionais e à disponibilidade de diferentes estratégias de comunicação. O fortalecimento das pesquisas e das ações de formação nessa área poderá contribuir para o desenvolvimento de práticas assistenciais mais inclusivas, humanizadas e alinhadas aos princípios da integralidade e da equidade do Sistema Único de Saúde.

Referências

ALAMOUDI, A. A. **Atraso constante no tempo para ensinar linguagem receptiva via língua de sinais a um adolescente com transtorno do espectro autista. Acta Psychologica**, v. 1, n. 261, p. 9, 2025.

AMORIM, S. I. F. et al. **Triangulação de Métodos na capacitação e avalição da aprendizagem sobre LIBRAS na Atenção Primária em Saúde. Brazilian Journal Of Development, [s.l.]**, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2021.

BORGES, M. H. et al. **Habilidades pragmáticas em crianças com transtorno do espectro do autismo. Distúrbios de Comunicação, São Paulo**, v. 1, n. 37, p. 1-12, mar. 2025. DOI: https://doi.org/10.23925/2176-2724.2025v37i1e69731.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)).

CAMPOS, T. F. et al. **Análise da importância da qualificação dos profissionais de saúde para o manejo do Transtorno de Espectro Autista (TEA). Research, Society And Development, [s.l.]**, v. 10, n. 6, p. 1-8, 2021. Research, Society and Development. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15667.

FERNANDES, F. D. M.; VERZOLLA, B. L. P. Características da comunicação de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) usuárias de língua de sinais. **Estudos da Língua(Gem), [s.l.]**, v. 22, p. 1-24, ago. 2024.

MENDONÇA, R. C. R. et al. **A aplicação da Comunicação Suplementar e Alternativa para a estimulação da intenção comunicativa e da cognição em pacientes com Transtorno do Espectro Autista. Revista Cefac, [s.l.]**, v. 25, n. 5, p. 1-11, 2023.

MONTAGNER, J.; SANTIAGO, E.; SOUZA, M.G.G. Dificuldades de interação dos profissionais com as crianças autistas de uma instituição educacional de autismo. Arquivos de Ciência da Saúde, [s. **l]**, v. 3, n. 14, p. 169-174, set. 2007.

NÓBREGA, G. M. **Encontros de formação em Comunicação Alternativa e Ampliada para os profissionais da saúde**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2023.

OLIVEIRA, I. V. et al. **Alternativas para a comunicação de autistas não verbais e minimamente verbais. Research, Society And Development, [s.l.]**, v. 13, n. 3, p. 1-9, mar. 2024. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v13i3.45270.

OVANDO, R. G. M.; BOURLEGAT, C. A. L.; PAVON, R. V. **Gestão hospitalar e gerenciamento legal de riscos na humanização da saúde. Brazilian Journal Of Development, [s.l.]**, v. 9, n. 05, p. 17360-17375, 2023. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv9n5-193.

PAIS, S. R. **A Importância da Comunicação Alternativa e Aumentativa na Inclusão Escolar**. 2022. 24 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Educação, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2022.

PEREIRA, J. E. A. et al. **Habilidades comunicativas de crianças com autismo. Distúrbios de Comunicação, São Paulo**, v. 2, n. 34, p. 1-10, jun. 2022. DOI: https://doi.org/10.23925/2176-2724.2022v34i2e54122.

SANTOS, L. M. C. et al. **Assistência de Enfermagem a Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Revista Nursing, [s.l.]**, v. 29, n. 320, p. 10444-10451, 2025. http://dx.doi.org/10.36489/nursing.2025v29i320p10444-10451

SANTOS, R. O. A importância da comunicação no processo de liderança. **Revista de Administração em Saúde, [s.l.]**, v. 18, n. 72, p. 1-26, 20 set. 2018. DOI: http://dx.doi.org/ 10.23973/ras.72.128.

TRESSOLDI, Kátula Marques da Rosa. **A libras como alternativa de comunicação para sujeitos com Transtorno do Espectro Autista:** estudo na Apae de Osório. 2025. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2025.

VIANA, A. C. V. et al. **Autismo: uma revisão integrativa. Revista Saúde Dinâmica, [s.l.]**, v. 5, n. 3, p. 1-18, 2020. Editora Dinâmica. DOI: http://dx.doi.org/ 10.4322/2675-133x.2022.017.

VILANOVA, K. S. F.; FREITAS, C. S. C. **LIBRAS e o TEA não verbal: um elo possível. Debates em Educação**, v. 1, n. 1, p. 21, 2025.